



RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO

Nova Russas/CE – 25 de Agosto de 2023.

EXM. Sr. ANTONIO FERNANDES ALVES JUNIOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ref.: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2023-SEINFRA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA PASSAGEM MOLHADA NA LOCALIDADE DE BOM ROSÁRIO, JUNTO A SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS – CE.

LICITANTE: ARAUJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI – CNPJ Nº. 17.874.427/0001-11, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “ a “, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de (Vossa Excelência ou Vossa Senhoria), a fim de interpor.

RECURSO ADMINISTRATIVO,

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES -EIRELI, CNPJ nº:
17.874.427/0001-11
RUABOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE,
TEL: (88) 99711-4471
E-MAIL: araujobatalha@hotmail.com

RECEBI EM
28/08/23

J



I - DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitatório susografado, a recorrente veio dele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias.

“No entanto, a douta Comissão de Licitação julgou a subscrevente inabilitada sob a alegação: **“ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI - CNPJ Nº. 17.874.427/0001-11**, apresentou o item 5.4.1.1. Certificado de Registro Cadastral (CRC), sem a devida autenticação descumprindo o item 2.3.14 - Toda documentação apresentada em cópia deverá estar autenticada em cartório competente, ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial”.

Ocorre que, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.

II - AS RAZÕES DA REFORMA

A Comissão de Licitação ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado, incorreu na prática de ato manifestamente ilegal.

Senão vejamos:

**ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES -EIRELI, CNPJ nº:
17.874.427/0001-11
RUABOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE,
TEL: (88) 99711-4471
E-MAIL: araujobatalha@hotmail.com**

J



O art. 3º da Lei nº 8.666/93, elucida, in verbis:
"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

Preliminarmente, queremos pensar que tal decisão não passa apenas de um equívoco da nobre comissão de licitação do Município de Crateús/CE. Já que tal conduta do (s) Agente (s) Público (s) responsável (eis), no caso, o Presidente da CPL arrimado pelos membros, pois na Ata da Sessão, nenhum dos mesmos opuseram da decisão, já que esta AÇÃO, se enquadra como **formalismo exacerbado**, sendo essa tal conduta que nunca um Servidor Público deve praticar.

O dito excesso de formalismo reduz o número de propostas concorrentes e a competitividade no certame, prejudicando o interesse público na sua busca pela proposta mais vantajosa.

**ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES -EIRELI, CNPJ nº:
17.874.427/0001-11
RUABOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE,
TEL: (88) 99711-4471
E-MAIL: arajobatalha@hotmail.com**

5



A Corte de Contas já se manifestou acerca da possibilidade de serem priorizados outros princípios que eventualmente se contraponham à legalidade e ao rigorismo formal. Trata-se do Acórdão a seguir elencado:

A observância das normas e das disposições do edital [...] deve ser aplicada mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles os da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa. Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. TCU – ACÓRDÃO 357/2015 – PLENÁRIO (BRASIL, 2015, grifo nosso).

Portanto, o **princípio do formalismo moderado** não faz com que a contratação despreze o edital da licitação, nem a legalidade, nem a isonomia. Ao contrário, esse princípio respeita todos os outros e prioriza a satisfação do interesse público, da economicidade e da eficiência. Ademais, visando ratificar todo o exposto até aqui, é válido trazer à baila trechos das recentes decisões do TCU acerca do tema:

**ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES -EIRELI, CNPJ nº:
17.874.427/0001-11
RUABOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE,
TEL: (88) 99711-4471
E-MAIL: araujobatalha@hotmail.com**



A vedação à inclusão de novo documento [...] não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. TCU – ACÓRDÃO 1211/2021 – PLENÁRIO (BRASIL, 2021).

Nesse sentido, apesar de a CAT 24097/2021 (peça 64) ter sido emitida em 9/3/2021, esta se refere a “participação do engenheiro químico [...] nos serviços descritos a partir de 3/6/2020, quando foi incluído no quadro técnico da empresa” [...], portanto em momento anterior à realização do certame. TCU – ACÓRDÃO 2443/2021 – PLENÁRIO (BRASIL, 2021).

A vedação à inclusão de novo documento [...] não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deveria ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro mediante

**ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES -EIRELI, CNPJ nº:
17.874.427/0001-11
RUABOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE,
TEL: (88) 99711-4471
E-MAIL: araujobatalha@hotmail.com**



diligência saneadora. TCU - ACÓRDÃO 2568/2021 - PLENÁRIO (BRASIL, 2021).

Por fim, como constatado, das oito licitantes, cinco foram inabilitadas pelo descumprimento das alíneas "b" e/ou "c" do item 15.4 do edital [...] outra empresa, foi inabilitada pelo não envio da proposta atualizada com o último lance via sistema em até duas horas (item 15.5.1 do edital), o que denotou, segundo o órgão instrutivo, formalismo exagerado diante do objetivo licitatório da melhor proposta. TCU - ACÓRDÃO 468/2022 - PRIMEIRA CÂMARA (BRASIL, 2022).

Constitui-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida [...]9.4.1 tornar nulos os atos administrativos que inabilitaram as empresas concorrentes no âmbito do Pregão Eletrônico nº 26/2010, bem como todos os atos deles decorrentes, os quais desclassificaram suas propostas, bem como os que homologaram o certame e adjudicaram o objeto, retornando a avença à fase de habilitação. TCU - ACÓRDÃO 1924/2011 - PLENÁRIO (BRASIL, 2011).

**ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES -EIRELI, CNPJ nº:
17.874.427/0001-11
RUABOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE,
TEL: (88) 99711-4471
E-MAIL: araujobatalha@hotmail.com**



Merece destaque também a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a respeito do tema em sede de Mandado de Segurança:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, **restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. 2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes. 3. Segurança concedida. STJ - MS 5869/DF - PRIMEIRA SEÇÃO (BRASIL, 2002, grifo nosso).**

**ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES -EIRELI, CNPJ nº:
17.874.427/0001-11
RUABOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE,
TEL: (88) 99711-4471
E-MAIL: araujobatalha@hotmail.com**

J



Assim, resta evidente a importância desse princípio para a correta condução do certame. **Ignorá-lo pode vir a fazer com que o processo seja revogado ou até mesmo anulado, conforme o grau da irregularidade apresentada.**

Por fim, cabe destacar que os princípios que conduzem a mais formalidade não são vilões e não devem ser desconsiderados. Pelo contrário, a formalidade e burocracia trazida por eles levam a marcha processual a ter mais segurança jurídica, de forma que a intenção desta análise é demonstrar a necessidade de ponderação dos princípios.

Acerca desse assunto, podemos ainda observar a à **Lei nº 13.726/2018**, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação, dispondo, em seu art. 3º:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

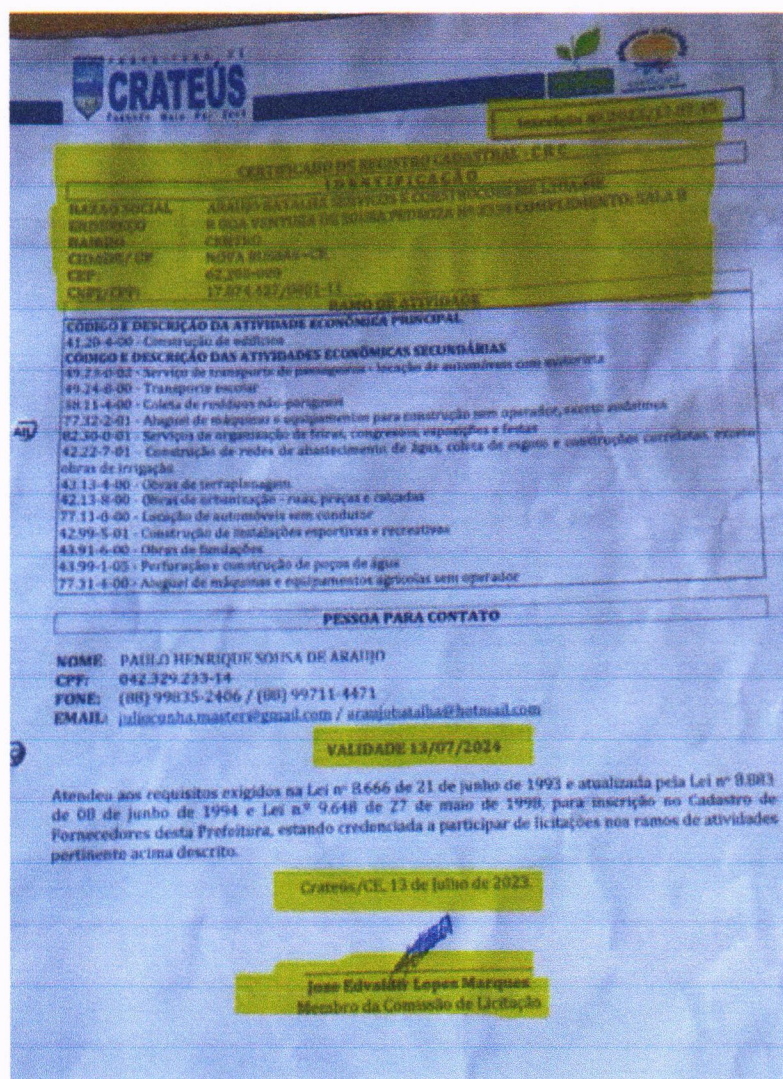
(...)

II - autenticação de cópia de documento, **cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;**

**ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES -EIRELI, CNPJ nº:
17.874.427/0001-11
RUABOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE,
TEL: (88) 99711-4471
E-MAIL: araujobatalha@hotmail.com**

J

Nesse viés, de forma simples, **COMPROVAMOS POSSUIR CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL NO ÓRGÃO DA LICITAÇÃO, VALIDO ATÉ 13/07/2024**, o que chega a ser muito estranho é que o agente público responsável pela emissão do nosso cadastro **é o membro da comissão** que julgou os nossos documentos de Habilitação, conforme comprovamos abaixo:



CRATEUS
CADERNO MÚLTIPO DE SERVIÇOS

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC
IDENTIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES
ENDEREÇO: R. BOA VENTURA DE SOUSA PEDROSA Nº 2.339 COMPLEMENTO: SALA B
BARRIO: CENTRO
CIDADE/UF: NOVA RUSSAS/CE
CEP: 62.200-000
CNPJ/CPF: 17.874.427/0001-11

RAMO DE ATIVIDADES

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-0-00 - Transporte escolar
58.21-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-03 - Perfuração e construção de poços de água
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador

PESSOA PARA CONTATO

NOME: PAULO HENRIQUE SOUSA DE ARAÚJO
CPF: 042.329.233-14
FONE: (88) 99835-2406 / (88) 99711-4471
EMAIL: jaliocunha.master@gmail.com / araujobatalha@hotmail.com

VALIDADE: 13/07/2024

Atende aos requisitos exigidos na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883 de 08 de junho de 1994 e Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, para inscrição no Cadastro de Fornecedores desta Prefeitura, estando credenciada a participar de licitações nos ramos de atividades pertinentes acima descrito.




Cratéus/CE, 13 de julho de 2023.

João Edvaldo Lopes Marques
Membro da Comissão de Licitação

ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES -EIRELI, CNPJ nº:
17.874.427/0001-11
RUABOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE.
TEL: (88) 99711-4471
E-MAIL: araujobatalha@hotmail.com



Após o julgamento, o presidente da comissão de licitação comunicou aos presentes que fará a publicação do resultado desse julgamento nos mesmos meios de comunicação que se deram a publicação inicial, ficando aberto o prazo recursal conforme previsto no inciso I, alínea "a" do art. 109, da lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a ser contado a partir da publicação. Nada mais a constar, lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de Licitação e Engenheiro presente, para surtir seus efeitos legais. Crateús - Ceará, 21 de agosto de 2023.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO		
Função	Nome	Assinatura
Presidente:	Antonio Fernandes Alves Junior	
Membro:	José Edvaldir Lopes Marques	
Membro:	Antonia Flavia Ferreira Da Silva	

Nesse trilhar, chega a ser ainda mais contrariador tal decisão, pois o Certificado de Registro Cadastral, foi emitido pelo órgão julgador, assinado por servidor da comissão julgadora, onde deve ser feito a verificação, em caso de dúvidas sobre o documento, pois o mesmo é inquestionavelmente verídico.

É fato, que o agente público pode realizar a conferência do documento apresentado com o original no acervo da Prefeitura Municipal de Crateús, de responsabilidade do setor de licitações, e disponível para qualquer cidadão e órgão interessado.

Dessa forma, apresentamos toda nossa documentação, **de acordo com o que é solicitado dentro da legislação**, onde a nobre comissão se equivocou em seu julgamento, ferindo aos Princípios, Boas Práticas da Administração Pública, e **preferindo agir de acordo o excesso formalismo e rigor no certame.**

**ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES -EIRELI, CNPJ nº:
17.874.427/0001-11
RUABOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE,
TEL: (88) 99711-4471
E-MAIL: araujobatalha@hotmail.com**





Advertindo que quanto mais empresas (habilitadas) capazes de executar o certame, mais vantajoso será para o órgão realizador, vejamos:

Acerca da exigência do certificado, o julgador firmou a tese de que a *mens legis* (vontade da lei) é o **aumento do número de participantes** no certame, **devendo a administração permitir, para além dos licitantes cadastrados, também aqueles que apresentarem regularmente a documentação de habilitação.** Para fundar tal consideração, o órgão de controle externo se utilizou de 03 fundamentos: a doutrina defendida por Maria Sylvia Zanella Di Pietro, renomada doutrinadora de Direito Constitucional e Administrativo; o precedente do Tribunal de Contas da União (TCU) advindo do Acórdão 2857/2013-Plenário; e o precedente do próprio TCEPR consolidado no Acórdão n.º 979/17 – Tribunal Pleno.

Aconselhando a nobre comissão, pois o agente que “**frustrar o caráter competitivo de um certame**”, “face a inabilitação de qualquer empresa interessada por um “motivo torpe”, conforme é nesse caso, os agentes poderão sofrer as punições estabelecidas no Art. 82 da Lei 8.666, que diz:

**ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES -EIRELI, CNPJ n.º:
17.874.427/0001-11
RUABOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE,
TEL: (88) 99711-4471
E-MAIL: araujobatalha@hotmail.com**



Art. 82. Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das **responsabilidades civil e criminal** que seu ato ensejar.

Vejamos o que a Lei 14.133/2021, aborda sobre o tema: Frustração do caráter competitivo de licitação:

Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

O TCU - Tribunal de Contas da União, em seu recente acórdão de nº 1.211/21-Plenário,

“TCU - Tribunal de Contas da União, em seu recente acórdão de nº 1.211/21-Plenário que admitir-se juntada de documentos que venham **atestar condição pré-existente**”, pois não fere os princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes, e desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os

**ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES -EIRELI, CNPJ nº:
17.874.427/0001-11
RUABOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE,
TEL: (88) 99711-4471
E-MAIL: araujobatalha@hotmail.com**



seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

Outrossim, imperioso ressaltar que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo, desde que reconheça que praticou ato contrário ao direito vigente, conforme entendimento já consagrado pelo STF por meio das **súmulas 346 e 473**:

Súmula 346 - A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula 473 - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Dentro de tal contexto, salienta-se que, mais que um poder, o exercício da autotutela identifica-se como um dever para a Administração Pública. Nesse sentido, considerando o que a empresa apresentou todos os documentos em atendimento ao Edital.

**ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES -EIRELI, CNPJ nº:
17.874.427/0001-11
RUABOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE,
TEL: (88) 99711-4471
E-MAIL: araujobatalha@hotmail.com**



Portando, solicitamos dessa Augusta Comissão de licitação do Município de Crateús/CE, que de forma humilde reveja o julgamento proferido.

Contudo, caso não seja concedida a nossa habilitação, **solicitamos que todo o processo digitalizado seja encaminhado em nosso E-mail, para tomarmos as providencias adequadas e cabíveis face a Ilegalidade Cometida.**

III - DO PEDIDO

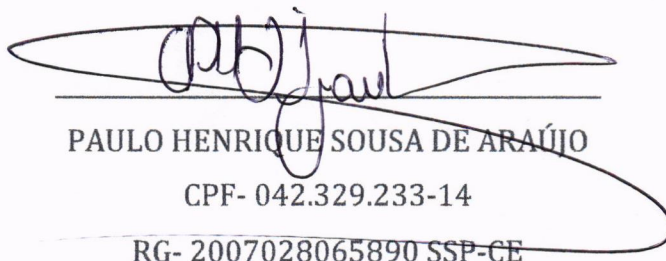
Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se **a ilegalidade da decisão hostilizada**, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, já que habilitada a mesma está.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, **faça este subir**, devidamente informado, **à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.**

Nestes Termos

P. Deferimento

Nova Russas/CE, 25 de Agosto de 2023.



PAULO HENRIQUE SOUSA DE ARAÚJO
CPF- 042.329.233-14
RG- 2007028065890 SSP-CE

Representante Legal

**ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES -EIRELI, CNPJ nº:
17.874.427/0001-11
RUABOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE,
TEL: (88) 99711-4471
E-MAIL: araujobatalha@hotmail.com**



À
Prefeitura Municipal de Crateús
Comissão Permanente de Licitação

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023 SEINFRA

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ARAÚJO BATALHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, CNPJ nº 17.874.427/0001-11, situada à RUA BOAVENTURA DE SOUSA PEDROSA, Nº 2.339, SALA B, CENTRO, NOVA RUSSAS/CE, neste ato representada por seu proprietário, **Sr. PAULO HENRIQUE SOUSA DE ARAUJO**, brasileiro, divorciado, empresário portador do **RG 2007028065890-SSP/CE** e **CPF nº 042.329.233-14**, residente à Rua Boaventura de Sousa Pedrosa, nº 2.339, Bairro Centro, Nova Russas/Ce.

OUTORGADO: LEONARDO GOMES DE SOUSA, brasileiro, solteiro, representante, portador do **RG nº 20083440768 SSP-CE** e **CPF nº 612.043.003-21**, residente à Avenida Luís Paulo Mendes, nº 652, Apto 102, Bairro Universidade, Nova Russas/Ce.

PODERES: A outorgante confere ao outorgado pleno e gerais poderes para representá-lo, podendo o mesmo realizar visitas e vistorias técnicas, requerer, assinar e pegar documentos junto a Órgãos Públicos e Privados, assinar propostas, atas, Contratos, entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais, negociar preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos, ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

Nova Russas/CE, 28 de Agosto de 2023.

**PAULO
HENRIQUE
SOUSA DE
ARAÚJO:
0423292331**

4

Assinado digitalmente por PAULO
HENRIQUE SOUSA DE ARAUJO:
04232923314
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
CERTIFICA MINAS v5,
OU=39148904000102
OU=Videoconferencia,
OU=Certificado PF A1, CN=PAULO
HENRIQUE SOUSA DE ARAUJO:
04232923314
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: sua localização de
assinatura aqui
Data: 2023-08-28 08:45:45
Foxit Reader Versão: 9.6.0

PAULO HENRIQUE SOUSA DE ARAÚJO
CPF- 042.329.233-14
RG- 2007028065890 SSP-CE
Representante Legal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
LEONARDO GOMES DE SOUSA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
20083440768SSPCE

CPF
612.043.003-21

DATA NASCIMENTO
03/03/1996

FILIAÇÃO
MANOEL GOMES DE SOUSA
MARIA DA CONCEICAO
MORENA GOMES

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06172739630

VALIDADE
16/06/2024

1ª HABILITAÇÃO
05/09/2014

OBSERVAÇÕES

Leonardo Gomes De Sousa
 ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
RIO DE JANEIRO, RJ

DATA EMISSÃO
18/06/2019

[Assinatura]
 ASSINATURA DO EMISSOR

55989814680
 RJ655120718

RIO DE JANEIRO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 1882801360

PROIBIDO PLASTIFICAR
 1882801360

CONFERE COM ORIGINAL
 2